Nota para a Imprensa

4.1.2024





1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

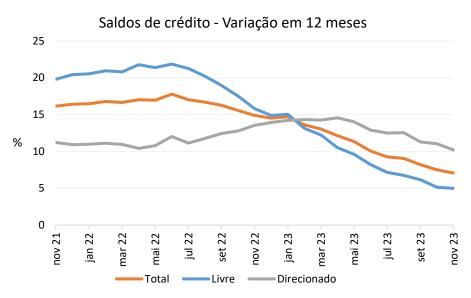
Em novembro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro atingiu R\$15,8 trilhões (146,5% do PIB), com expansão de 1,4% no mês. Destacaram-se entre os componentes, os avanços dos títulos de dívida, 2,3%, impulsionado pelas emissões líquidas de títulos da dívida pública, e dos empréstimos do sistema financeiro nacional (SFN), 1%. Em 12 meses, o crédito ampliado cresceu 7,2%, também impulsionado pelos títulos de dívida, 9,9%, e pelos empréstimos do SFN, 7,2%.

O crédito ampliado às empresas situou-se em R\$5,5 trilhões (50,8% do PIB), com acréscimo de 0,5% no mês, refletindo aumentos nos empréstimos do SFN, 1,3%, e nos títulos de dívida, 1,2%. Em 12 meses, a expansão de 5,6% decorreu dos crescimentos de 19,7% em títulos de dívida e de 3,8% em empréstimos do SFN.

O crédito ampliado às famílias alcançou R\$3,7 trilhões (34,3% do PIB) em novembro, com expansões de 0,8% no mês e de 9,4% em doze meses (ante 0,9% e 9,7% em outubro, nas mesmas bases de comparação).

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O estoque de crédito do SFN alcançou R\$5,7 trilhões em novembro, assinalando elevação mensal de 0,9%. Esse desempenho decorreu das expansões de 0,8% na carteira de crédito destinado às empresas, que somou R\$2,2 trilhões, e de 0,9% no crédito às famílias, total de R\$3,4 trilhões. Em doze meses, o estoque de crédito do SFN permaneceu em trajetória de desaceleração, com incremento de 7,1% ante 7,5% no acumulado até outubro deste ano. Na mesma base de comparação, os estoques de crédito destinados às pessoas jurídicas e às pessoas físicas registraram menor ritmo de expansão, com altas respectivas de 3,9% e 9,2% ante 4,2% e 9,8% no mês anterior.

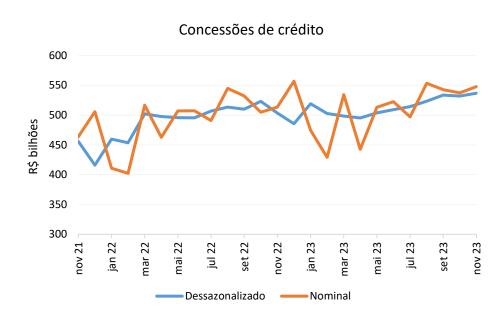


O estoque das operações de crédito com recursos livres somou R\$3,3 trilhões em novembro, com altas de 1,0% no mês e de 5,0% em doze meses. No crédito às pessoas jurídicas, o crédito livre totalizou R\$1,4 trilhão, com elevações de 0,9% no mês e de 1,2% em 12 meses. Destacaram-se as expansões em "outros créditos livres", 8,8%, desconto de duplicatas e outros recebíveis, 4,2%, e cartão de crédito total, 7,0%.

O estoque do crédito livre às pessoas físicas cresceu 1,1% no mês e 8,0% em doze meses, impulsionado pelas operações de cartão de crédito à vista, aquisição de veículos e crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS, com incrementos mensais de 3,6%, 1,8% e 1,3%, respectivamente.



O crédito direcionado atingiu R\$2,3 trilhões em novembro, com incrementos de 0,7% no mês e de 10,2% em doze meses. O crédito direcionado às empresas, saldo de R\$798,5 bilhões, cresceu 0,7% no mês e 9,1% em doze meses. No crédito direcionado às famílias, saldo de R\$1,5 trilhão, as altas foram de 0,6% e 10,8%, na mesma ordem.



As concessões nominais de crédito alcançaram R\$547,9 bilhões em novembro, com avanço de 2,0% no mês. Nas séries sazonalmente ajustadas, as concessões totais cresceram 0,9% no mês, com avanços de 1,8% e de 1,2% nas concessões às empresas e às famílias, respectivamente. No acumulado em doze meses até novembro, as concessões nominais registraram alta de 4,3%, crescendo 0,2% no segmento de pessoas

jurídicas e 7,8% no de pessoas físicas. As concessões médias diárias em novembro avançaram 7,1% em relação ao mês anterior.

A taxa média de juros nas novas contratações recuou 0,5 p.p. no mês e 1,5 p.p. em doze meses, situandose em 29,5% a.a. O *spread* bancário das novas contratações atingiu 20,4 p.p., com diminuição de 0,2 p.p. no mês e acréscimo de 0,1 p.p. em relação a novembro do ano anterior.

No crédito com recursos livres, a taxa média de juros situou-se em 41,8% a.a. em novembro, com reduções de 0,8 p.p. no mês e de 1,2 p.p. em doze meses. Nas operações com as empresas, a taxa média situou-se em 22,2% a.a., com quedas de 0,6 p.p. no mês e de 1,0 p.p. em 12 meses. Contribuíram para esse resultado, as reduções nos juros de desconto de duplicatas e outros recebíveis (-1,1 p.p.), capital de giro com prazo superior a 365 dias (-0,3 p.p.) e antecipação de faturas de cartão de crédito (-0,6 p.p.).

No crédito livre às famílias, o custo médio alcançou 54,9% a.a., com reduções de 1,2 p.p. no mês e de 2,4 p.p. em doze meses. Destacaram-se os recuos em cartão de crédito total (-6,6 p.p.), financiamentos para aquisição de veículos (-0,2 p.p.) e crédito consignado total (-0,1 p.p.).

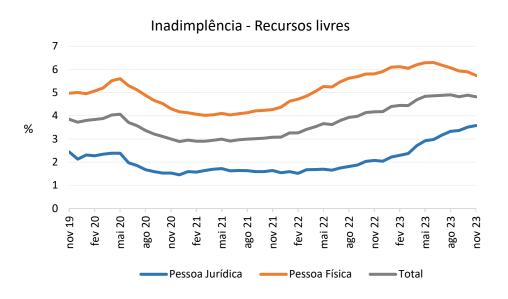


Crédito com Recursos Livres

	Taxas méd	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações mensais (p.p.)		
	out/23	nov/23		Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	56,1	54,9		-0,1	-1,1	-1,2
Pessoa Jurídica	22,8	22,2		0,0	-0,6	-0,6
Total	42,6	41,8		-0,1	-0,7	-0,8

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, se manteve estável em novembro em 22,1% a.a. e registrou expansão de 0,5 p.p. em 12 meses.

A taxa de inadimplência do crédito total diminuiu 0,1 p.p. em novembro, atingindo 3,4%. A inadimplência do crédito às pessoas jurídicas aumentou 0,1 p.p., enquanto a de pessoas físicas recuou 0,1 p.p., situandose, na ordem, em 2,9% e 3,8%.



crédito Nο livre, а inadimplência também diminuiu 0,1 p.p. situandose em 4,8%, refletindo principalmente, a redução de 0,2 p.p. no crédito livre às famílias, que alcançou 5,7%. No crédito livre às empresas, a inadimplência aumentou 0,1 p.p., atingindo 3,6% em novembro.

O endividamento das famílias situou-se em 47,6% em outubro, nível

mais baixo desde setembro de 2021, quando se situou em 47,5%, com reduções de 0,1 p.p. na comparação com o mês anterior, e de 2,1 p.p., comparativamente a outubro de 2022. O comprometimento de renda igualmente recuou 0,1 p.p. no mês, diminuindo 0,5 p.p. em 12 meses, ao atingir 27,2% em outubro.

3. Agregados monetários

A base monetária encerrou o mês de novembro em R\$405,6 bilhões, o que significou elevações de 2% no mês e de 3,6% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação cresceu 0,7% e as reservas bancárias, 8,3%.



Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, tiveram impacto expansionista as operações do Tesouro Nacional, R\$12,8 bilhões; as do setor externo, R\$279 milhões; as com títulos públicos federais, R\$3,8 bilhões (colocações líquidas de R\$101,3 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$105,1 bilhões no mercado secundário) e os depósitos de instituições financeiras, R\$19,8 bilhões (liberação de recursos de caderneta de poupança, +R\$1,2 bilhão, de depósitos voluntários a prazo, +R\$13,6 bilhões, de recursos de depósitos a prazo, +R\$3,3 bilhões, de recursos do Proagro, +R\$664 milhões e depósitos de garantias em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$1,1 bilhão). As operações com derivativos apresentaram contração de R\$18,3 bilhões.

Os meios de pagamento restritos (M1) alcançaram R\$618,7 bilhões, crescimento de 5,1% no mês, resultante das elevações de 0,8% no papel-moeda em poder do público e de 9% nos depósitos à vista. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 recuou 2,7% no mês.

O M2 cresceu 1,2% no mês, com saldo de R\$5,8 trilhões, refletindo expansões do M1 e dos títulos privados. O saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras alcançou R\$4,2 trilhões, resultado do crescimento de 1,3% no saldo das letras de crédito (LCA e LCI) e de 1,9% no saldo das letras financeiras, que totalizaram, respectivamente, R\$792 bilhões e R\$464 bilhões. No período, o saldo dos depósitos de poupança reduziu-se 0,2%, totalizando R\$967 bilhões. O M3 aumentou 1,1% no período, totalizando R\$10,7 trilhões, reflexo dos crescimentos no M2 e no saldo das quotas de fundos monetários que somou R\$4,8 trilhões. O M4 avançou 0,7% no mês e 11,0% em 12 meses situando-se em R\$11,8 trilhões.